

“Imposto deixa de financiar déficit”

A seguir, a íntegra da fala do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ontem, no Palácio do Planalto, durante o anúncio do programa de mudanças na área econômica:

“Sr. presidente, de acordo com determinação de Vossa Excelência, nós, da Área econômica do governo, temos trabalhado no sentido de ajustar a tributação no nosso país às premissas enunciadas pelo senhor.

Na realidade, há uma reforma importantíssima realizada no Imposto de Renda de Pessoas Físicas. Como Vossa Excelência citou, normalmente do imposto retido na fonte uma parte era imposto do cidadão e uma grande parte eram financiamentos para o déficit público nacional.

As mudanças que foram feitas nesse projeto eram no sentido de imediatamente permitir que a população apenas pagasse seu Imposto de Renda na fonte como cidadão e terminasse essa fase de empréstimo dos assalariados à União. Nós estamos conseguindo que nos salários mais baixos, até cinco salários mínimos, haja isenção de Imposto de Renda; a partir de seis salários mínimos na fonte há uma diminuição de 75% do imposto arrecadado até hoje e assim seguidamente até as faixas mais altas, que chegam a cem salários mínimos, que continuariam tendo uma redução na fonte de 25%. Apenas a isenção de cinco salários mínimos e a isenção que um cidadão teria com sete salários mínimos, mas que tivesse três dependentes, pois está isento na lei, ajudaria 1 milhão e 300 mil pessoas a ficarem isentas de imposto no nosso país, que é a faixa mais baixa de renda.

No Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas nós não tivemos aumento de tributação: nós fizemos antecipação de receita, o que representa um custo para as empresas. Nós seguimos exatamente a orientação de Vossa Excelência no sentido de não permitir que qualquer medida dessa pudesse refletir no processo de desenvolvimento da Nação. Exatamente por isso foram tomadas medidas no mesmo projeto no sentido de depreciação acelerada de equipamentos e da permissão de que os prédios das empresas fossem vendidos sem Imposto de Renda para capitalizá-las. São duas medidas que fortalecem o espírito e a vontade de desenvolvimento do povo brasileiro.

No que se refere ao mercado de capitais, à bolsa de valores, aos mercados primário e secundário, que normalmente a maioria dos países taxa como ganho de capital uma parte desse rendimento, nós achamos que ainda o Brasil precisa diminuir a intermediação financeira tão alta e que se desajusta em termos de competitividade internacional. Portanto, nesse setor, o mercado primário e secundário não foi taxado. Fizemos uma pequena taxação no open market, no mercado a termo, no mercado de opções e no mercado futuro. Tenho absoluta consciência, Sr. presidente, que nós, os ministros da área econômica, examinamos todas as premissas colocadas desde o primeiro momento e temos convicção de que nenhuma dessas medidas poderia atrapalhar um investimento tão necessário no nosso país para manter esse crescimento permanente.

Nas medidas de corte de gastos apenas acrescentaria que há uma redução de déficit extremamente importante com a redução de juros que foi implantada no seu governo. Nós estávamos vivendo um crescimento da dívida interna real na base de 60%. É impossível de se manter uma economia e um país com orçamento equilibrado, com crescimento da dívida interna da forma que nós estávamos tendo. E pior do que isso, sr. presidente, um serviço sobre a dívida, um juro sobre

essa dívida, nos níveis mais altos do mundo. Só na redução dos juros entre o que está na peça orçamentária e o que nós estamos prevendo para o ano que vem, há uma redução de Cr\$ 35 trilhões no orçamento em termos de queda de déficit público. As medidas sociais, Vossa Excelência detalhou, sr. presidente, acredito que elas se complementam dentro do processo das medidas fiscais. Nenhum país pode sobreviver sem imaginar que no final do século XX pudesse conviver com a miséria absoluta. Nós tínhamos que reformular os programas de investimento e assim foi feito para que esse país pudesse ser uma grande nação e pudesse ser uma nação justa.

E a seguir, o ministro Funaro passou a responder às perguntas dos jornalistas:

Ministro, gostaria que o sr. detalhasse os grandes números do programa de mudanças. Ou seja, o que é a arrecadação adicional, qual o tamanho do déficit, o que vai ser necessário de emissão de dinheiro no ano que vem?

Funaro — Nós achamos o seguinte: neste ano nós vamos fechar mais ou menos o orçamento em cerca de 2,7 a 2,8% de déficit orçamentário. Com essas medidas, eu e o ministro Sayad calculamos que vamos chegar próximo de 0,5% no ano de 1986. A redução baseia-se em primeiro lugar numa crescente diminuição dos juros, Cr\$ 35 trilhões a menos de juros. As medidas de austeridade do governo, nós estamos calculando em cerca de Cr\$ 8 trilhões, o que com juros já são Cr\$ 43 trilhões. As medidas fiscais a nível de 1985 representam cerca de Cr\$ 20 trilhões de antecipação, o que significa para o ano que vem cerca de Cr\$ 50 trilhões, se imaginarmos uma inflação de 160%.

Com esses dados nós estamos também fazendo o problema do financiamento dos estados, apenas estipulando que todo o financiamento em moeda estrangeira fique apenas para rolagem da dívida estadual, porque há um aumento importante nessa arrecadação.

Todo Imposto de Renda antecipado, arrecadado anteriormente, vai beneficiar muito os estados e municípios. E nós achamos que, com essa arrecadação maior dos estados e municípios, isto vai facilitar os investimentos desses estados, e esse financiamento externo então ficaria apenas para rolagem da dívida dos estados e municípios.

Somando isso tudo, nós chegamos a 0,5% do déficit operacional, o que eu acho que é um passo muito importante para combater a inflação no País e para que tenhamos definitivamente orçamentos melhores. Acho impossível continuarmos como estávamos antes. Crescendo o endividamento interno na base que estávamos crescendo, vai dar cerca de 60% neste ano, e com os juros altíssimos do serviço da dívida interna. Parece-nos que a queda de juros representa igual parcela como se 17% das pessoas que trabalham no governo fossem mandadas embora.

Portanto, é uma medida de alcance extremamente profundo e eu tenho a convicção, e o Sayad também tem, de que essas medidas serão suficientes para recolocar o Brasil no equilíbrio orçamentário e não termos de todos os anos, por causa do crescimento do endividamento interno e por causa do desajuste das finanças nacionais, que propor à sociedade outra vez aumento de impostos. Eu espero que seja o último do governo Sarney.

O pacote procura imprimir uma maior justiça com os assalariados na parte do Imposto de Renda na fonte. Isto cria condições para maior disponibilidade de salários no próximo ano. Estamos preocupados com a escassez de alimentos e também porque vai ser um ano de eleições, um ano que favorece a expansão da liquidez. Esta

medida de redução das retenções na fonte também trabalha no sentido de elevar a liquidez. Queria saber a preocupação do senhor diante dessa preocupação de expansão da liquidez com relação à inflação do próximo ano.

Funaro — Parece que o senhor tem preocupação com o crescimento real dos salários menores. Na realidade, o fato de esses salários menores não estarem contribuindo para o financiamento do déficit público, e sim tendo reduzido esse Imposto de Renda na fonte, imediatamente elas vão ter uma ampliação de salários na faixa de cinco salários neste ano e seis no ano que vem. Realmente é um ganho salarial importante. Olhando os dados, vi que há faixas de cinco, seis ou sete salários em que a arrecadação na fonte representava 12% e com a metodologia nova passa a representar 3 ou 4%, o que é aumento real de salários.

Prefiro conviver com esse problema de aumento real de salários, porque tenho certeza absoluta que, em todas as reuniões que com líderes de empresários e trabalhadores, tivemos uma posição de acertarmos um pouco através de um entendimento nacional as bases para que não seja perturbado o crescimento deste país. Dar um ganho maior de salários a essas pessoas não é uma preocupação. É uma possibilidade que fazemos com uma grata satisfação.

Gostaria de saber por que só se mexeu no Imposto de Renda na fonte e não se mexeu na tabela progressiva do Imposto de Renda, de modo a reduzir o caráter regressivo desse tributo no Brasil.

Funaro — Temos uma tabela progressiva e temos a tabela que fixamos o salário, que é janeiro a julho, e nessa tabela nós não mexemos porque achamos que ela faz o imposto progressivo. Esse imposto tinha uma característica regressiva na metodologia antiga, onde a inflação tinha uma influência importante no cálculo do imposto. A renda não era corrigida e o imposto pago na fonte era corrigido, o que dava uma distorção final. Hoje nós estamos fazendo praticamente base corrente, e o excesso vai ser corrigido renda e imposto. Portanto, nós estamos corrigindo essa deformação da tabela.

Uma das grandes preocupações dessas medidas anunciam pelas presidentes da República é a questão da melhora de qualidade de vida das classes mais baixas, mas nós sempre que tivemos isso tivemos um enfoque muito grande apenas, ou então fundamentalmente, para os setores urbanos. E o senhor, como paulista, e o ministro Sayad, como paulista, conhecem isso como máfia. E a inchaço da grande cidade em consequência das dificuldades no campo. O que o governo concretamente pretende fazer para que esses benefícios, alimentação, casa própria e outros benefícios previstos, sejam distribuídos equilibradamente entre campo e cidade para evitar que continue a corrida para as periferias?

Sayad — Dentro do programa de prioridades sociais existe uma preocupação nitidamente rural, quando se pensa em todo programa de reforma agrária, no programa de irrigação de 1 milhão de hectares no Nordeste, no programa de assistência ao pequeno produtor nordestino, todos esses são programas que têm como objetivo em primeiro lugar dar terra, dar água para o homem do campo, praticamente para o pequeno produtor do campo das regiões mais pobres do País, onde se destaca o Nordeste.

Todo programa de combate às doenças endêmicas, de combate às doenças transmissíveis, tem uma grande preocupação no campo. Na área de saneamento também existe uma previsão de recursos para pequenas obras de saneamento na zona rural. Por

tanto, o homem do campo está nas nossas preocupações. Na área de alimentação, evidentemente, o problema do campo é menos grave quando se considera ele como um todo. Mas o programa do leite, de distribuição de alimentos, atinge também as áreas rurais.

Portanto, não vai haver um crescimento exagerado apenas das periferias de outras cidades recebendo novos migrantes do meio rural abandonado?

Sayad — Evidentemente, com a recuperação da agricultura, que é uma estratégia fundamental do governo, nos acréditamos que a vida no campo melhorará e dessa forma o excesso será menor.

Com a adoção do IPCA como índice único da economia vai ser preciso fazer algum ajustamento na correção cambial ou ela vai continuar seguindo exatamente a inflação?

Funaro — Vai seguir sempre a inflação.

A fórmula de devolução do Imposto de Renda retido em excesso na fonte neste ano está sendo comparada a uma espécie de pedido de concordata do governo. A maior parte desse bolo vai ser devolvida em até quatro anos. Isso é tirar dos ricos para dar aos pobres ou é uma espécie de ônus inicial do pacote?

Funaro — Não. Isso é uma mudança de programa. Para dar uma idéia à população nacional, neste ano nós arrecadamos Cr\$ 17 trilhões na fonte e estamos devolvendo Cr\$ 9,5 trilhões. Isto porque foi feito um decreto-lei no governo anterior dizendo que neste ano a inflação era de 160%, e não de 220%, como foi. Então o Imposto de Renda na fonte foi corrigido por 160%. Se nós corrigissemos de acordo com a inflação arrecadariam Cr\$ 17 trilhões para devolver cerca de Cr\$ 13 trilhões. Imaginem quanto a população financiava o governo. O que estamos fazendo é uma mudança de sistema para que as devoluções sejam absolutamente residuais. Então, em 1986, nós estamos diminuindo numa proporção muito grande esse empréstimo que o assalariado fazia através da retenção na fonte e por outro lado temos

em 1986 de devolver todo o imposto a mais arrecadado em 1985. Como a nova sistemática em 1986 não deve envolver nenhuma devolução em 1987, para fazer a mudança da sistemática, e nós fizemos todas as comparações nas tabelas no computador, nós estamos devolvendo o imposto deste ano parceladamente em quatro anos. O primeiro ano, que é o ano que vem, até 10 ORTN vamos devolver em cheques, e não como foi citado que devolveríamos em Obrigações do Tesouro.

Cento e vinte dias após a entrega da declaração, o contribuinte recebe já o cheque. Não vai ficar durante o ano. Na realidade, nós vamos devolver até 10 ORTN, atingindo 70% dos contribuintes que têm devolução. Então esses 70% já vão receber integralmente no ano que vem. Comparado com o que eles tinham que receber e o desconto na fonte muito menor que vai realmente acontecer a partir de janeiro, há um ganho muito grande ainda para o assalariado em todas as faixas.

Portanto, já há um benefício no ano que vem. Os que têm mais de 10 ORTN no ano que vem vão receber 10 a 15 em 1987. É uma transição onde nós programamos as devoluções e que em 1988 e 1989, para dar uma idéia, cerca de 3% apenas das devoluções é que ainda não terão sido devolvidas na sua totalidade. Portanto, 70% da população recebe a devolução no ano que vem, e são exatamente as pessoas que necessitam mais. E vão receber integralmente no ano que vem. A vantagem entre o recebimento e a diminuição na fonte é muito grande em todas as faixas. Como o governo, nas faixas maiores, vai devolver também em ORTN, isto significa que está devolvendo um dinheiro corrigido, apenas não tem juros, mas está corrigido. Agora, definitivamente, acaba esse sistema de todo o ano a sociedade ficar financiando o governo.

Quem paga a inflação do ano? O IGP ou o IPCA?

Funaro — O número de vezes que foi mudada a correção monetária desde 1967... Ela não passou mais de três ou quatro

anos sem mudar de índice. Nós tivemos o IPA, o INPC prefixado, depois tivemos outra vez o IPA, posteriormente o INPC, em 1981, e no acordo com o FMI deixaram o INPC para salário e passaram o IGP para capital. Estamos corrigindo uma grande distorção, para que tenhamos um índice único neste país. É impossível ter países que trabalhe com duas indexações diferentes: uma remunerando o assalariado e outra remunerando o capital. E nós estamos corrigindo exatamente isso neste momento. A inflação do ano vai ser medida pela correção monetária, até agora foi pelo IGP e no final do ano será pelo IPCA.

O senhor não considera ainda muito tímido o corte de Cr\$ 8 trilhões dos gastos do governo, e quais os instrumentos que o governo dispõe para controlar realmente esse corte?

Sayad — Além do corte de Cr\$ 8 trilhões em despesas de custeio e de pessoal, que é um corte bastante profundo, a nossa programação é que as estatais no ano de 1986 vão estar em equilíbrio, ou seja, não terão nenhum déficit operacional. E um esforço bastante sério de contenção de despesas que permite essa redução de déficit tão grande que o ministro Funaro anuciou.

Funaro — O presidente assinou novamente um decreto prorrogando a medida de não substituir ninguém no governo. Acontece que esse decreto tem dado um resultado importante sem grandes traumas. Só em agosto e setembro saíram 3 mil pessoas do serviço público para o serviço privado, o que significa 1% dos indiretos do governo, que são 300 mil. Com essa prorrogação do decreto até dezembro de 1986, mais a apresentação antecipada, mais outras medidas de licença de dois para cinco anos, os funcionários públicos podem tentar sua vida na iniciativa privada e, se não conseguiram, podem retornar ao governo sem nenhuma despesa para o erário público. Nós estamos automaticamente diminuindo cada vez mais e aumentando a porcentagem de crescimento dessas medidas de corte.